

Métodos, narrativas antropológicas e jornalismo literário: intersecções entre o fazer e a escrita etnográfica no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

Bruna Vieira de Oliveira¹

Resumo

O presente trabalho aborda métodos colaborativos de pesquisa das ciências sociais aplicados à antropologia e apresenta as intersecções entre as narrativas etnográficas e o jornalismo literário, como campos diversos do saber que podem se concatenar como dispositivos textuais complementares na construção e escrita de uma etnografia sob as perspectivas documental e de campo, sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1926-1937). Este coletivo cearense autossustentável era liderado pelo beato José Lourenço, com base na religiosidade, cooperação e agricultura. Após pressão da Igreja Católica e de latifundiários, foi destituído pelo Estado de forma violenta, resultando na morte de muitos camponeses. O objetivo é identificar a aplicabilidade dos métodos participativos estudados, no caso específico do Caldeirão, escolhendo o mais adequado para o propósito narrativo. Para tanto, fez-se uma análise comparativa dos métodos de estudo-ação (Bonilla et al., 1972) e co-labor (Cadena, 2024). Foi realizada revisão de literatura a partir dos autores: Araújo (2004), Cordeiro (2004), Gomes (2009), Lima (2013), Lopes (1991), Nascimento (2015) e Sousa (2012), que apresentam versões historiográficas do Caldeirão; Ingold (2011; 2016) e Peirano (2014) que se debruçam sobre o trabalho etnográfico; Belo (2013), Lima (2009) e Pena (2006), que tratam do jornalismo literário; Vale (2018; 2019) e Oliveira (2017), com exemplos de textos da antropologia e do jornalismo, respectivamente. Pode-se concluir que a escolha da metodologia co-laborativa parece ser mais adequada, por possuir natureza participativa e dispor a pesquisa a serviço da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS, da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Bolsista da Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: brunavieira@estudante.ufscar.br

memória do coletivo do Caldeirão, com o suporte do jornalismo, a etnografia poderá ser acrescida de linguagem literária.

Palavras-chave: etnografia; jornalismo literário; narrativas; antropologia; Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Introdução

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto está situado na zona rural de Crato, sul do Ceará (Região Metropolitana do Cariri) e guarda a memória do coletivo que lá viveu há quase um século (1926-1937). Liderados pelo beato José Lourenço, seus modos de vida tinham como base a religiosidade e a cooperação no trabalho agrícola, tornando-se autossustentável. Após confrontos com autoridades militares, o espaço foi destruído e os sobreviventes se dispersaram. O presente trabalho busca apresentar aproximações entre as narrativas antropológicas e o jornalismo literário e a aplicabilidade de métodos participativos sob dois aspectos: a pesquisa documental ou o trabalho de campo com os descendentes do grupo.

Para tanto, serão exploradas as versões historiográficas que apresentam o Caldeirão por Araújo (2004), Cordeiro (2004), Gomes (2009), Lima (2013), Lopes (1991), Nascimento (2015) e Sousa (2012). Tendo como base a abordagem teórico-metodológica de Bonilla *et al.* (1972), Cadena (2024), Ingold (2011; 2016), Peirano (2014), Belo (2013), Lima (2009) e Pena (2006), com exemplos de textos da antropologia e do jornalismo. Será analisado se e como é possível aplicar esses modelos à pesquisa junto ao Caldeirão, tendo em vista que não há mais nenhum sobrevivente vivo, tão somente documentos e registros em áudios. Contudo, gerações que descendem daqueles que resistiram e perseveraram na retomada da memória podem ser sujeitos do estudo.

Na primeira seção, será apresentado o contexto sócio-histórico do Caldeirão; na segunda seção, o estudo-ação e o co-labor como métodos das ciências sociais de produzir narrativas antropológicas e; na terceira sessão, semelhanças e complementaridades entre etnografia e jornalismo literário.

Contexto sócio-histórico

A história do Caldeirão constitui fenômeno complexo que entrelaça a religiosidade, a terra, o clima, a economia e conflitos políticos e sociais, tensionando as estruturas de poder ao passo em que se aproxima de outros movimentos que eclodiram na Primeira República (1889-1930), como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916).

Em 1894 o beato José Lourenço arrendou ao coronel João de Brito, uma gleba no sítio Baixa Dantas, em Crato, sob o conselho do Padre Cícero Romão Batista. Foi onde permaneceu até 1926, quando da venda da propriedade e mudança para o Caldeirão, conforme Gomes (2009). O coletivo ao qual liderava, era composto por famílias agricultoras, cujas vidas eram orientadas por princípios sociorreligiosos (Sousa, 2012).

Como solução para a falta de terra para viver e trabalhar, o Padre Cícero cede um terreno de sua propriedade, que se chamava Caldeirão dos Jesuítas, local de difícil acesso e relevo acidentado. Apesar de ter suas ordens suspensas pela Igreja Católica, ele ainda dispunha de certo prestígio. Recebia milhares de devotos em romaria após os eventos da hóstia². “Mais de 3 mil dos cidadãos importantes da cidade fizeram a primeira peregrinação a Joaseiro, em 1889. Um ano mais tarde, ainda sob a chefia de Mons. Monteiro, voltaram para as comemorações da Semana Santa” (Della Cava, 1976, p. 59). E se beneficiava de doações de imóveis e dinheiro, que ele também convertia em terras (Araújo, 2005, p. 19).

A devoção à santa cruz³ lançou novo significado àquele espaço, que mudou seu nome de Caldeirão dos Jesuítas para Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. O primeiro termo, que permaneceu diz respeito aos caldeirões de pedra que armazenavam minas hídricas no sopé da Chapada do Araripe⁴.

² Episódios em que após o ritual da ministração da eucaristia, a hóstia teria se transumado em sangue na boca da beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo. A crença de que seria um milagre foi a pedra fundamental para a gênese das peregrinações a Juazeiro do Norte, em um ciclo de romarias que permanece mais de um século depois.

³ Costume iniciado com a colonização, quando os invasores portugueses fincaram esse símbolo cristão e a nomearam Terra de Santa Cruz.

⁴ A Chapada do Araripe está localizada na divisa entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Compreende a Floresta Nacional do Araripe, a primeira criada no Brasil e rico patrimônio paleontológico. Em seu território abriga o Geopark Araripe, o primeiro das Américas com chancela da Organização das

O nome anterior, Caldeirão dos Jesuítas⁵ se devia em razão de ter servido de refúgio para dois padres jesuítas no século XVIII, quando da expulsão da ordem religiosa Companhia de Jesus da colônia brasileira, “[...] processo engendrado por José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, sob o consentimento e participação de D. José I” (Dias, 2017, p. 164).

É importante explicitar que ao tomar como base os pilares da religião e trabalho, não se pretende reduzir aquelas pessoas a uma massa que só trabalhava e rezava, pois esta compreensão é que relacionou sua tessitura social com o fanatismo e contribuiu para a sua derrocada. A despeito do Caldeirão e Canudos, Barros (2014) propõe a religião como organizador da realidade, tendo elevada importância para a compreensão social e cultural daquele povo.

Araújo (2005) desenvolveu sua pesquisa em cima de entrevistas com sobreviventes e outros atores importantes, como a Pastoral da Terra, que organiza a romaria anual. O contato direto que teve com fontes primárias explica o interesse em seu material. Para a historiadora, com o fenômeno da seca, a gestão eficiente dos alimentos e a fonte permanente de água tornaram o Caldeirão um destino procurado:

Nessa época, o Caldeirão constituiu uma alternativa para os flagelados da seca que tinham apenas os "campos de concentração" do governo para escapar da fome. Eram nos chamados "currais do governo" que milhares de sertanejos viviam e morriam de forma miserável devido às péssimas condições de higiene e a precária distribuição de alimentos (Araújo, 2005, p. 5, grifos do autor).

Lima⁶ (2013) compõe o *corpus* deste trabalho por sua ligação familiar com o Caldeirão. Em seu livro, prefaciado pela antropóloga Luitgarde Barros, a pedagoga relata que seu pai, Eleutério Tavares, começou a conviver com o beato José Lourenço, aos 11 anos. Seu avô paterno, pai de Eleutério, era Severino Tavares, um dos membros do

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco. Além disso, apresentou candidatura à Organização das Nações Unidas, ONU, para ser reconhecida como patrimônio mundial da humanidade.

⁵ Em razão da passagem dos jesuítas pelo local, o Padre Cícero teria ordenado a construção de uma capela em devoção a Santo Inácio de Loyola, que também foi jesuíta (Lima, 2013, p. 61).

⁶ Maria Lourêto de Lima é ex-secretária municipal de Educação de Juazeiro do Norte.

coletivo mais próximos ao beato e figura central no conflito. Assim, ela teve contato direto e realizou entrevistas com pessoas que viveram na época do massacre, sendo ela mesma uma descendente destes.

A metodologia empregada por ela é a história oral. Ao longo da obra, descreve o uso da terra e as espécies cultivadas, a gestão econômica da produção e como a vida se organizava em torno da religiosidade e da agricultura, como exemplifica um dos depoimentos concedidos à autora:

O beato era conhecedor de terras agrícolas [...] As terras do Caldeirão eram acidentadas, tinha muita pedra; o mais favorável era a água. [...] Na verdade era um lugar próprio para fazer penitência. Aquilo ali era um ermo. Brocaram toda a terra, derrubaram árvores e limparam tudo. [...] quatro meses depois da chegada, a Casa Grande, que era a casa do meu Padim Zé Lourenço, estava pronta. [...] Aos poucos se organizava tudo com muito trabalho, reza e sacrifício. Mais casas construídas, as cercas, açudes e a plantação de roças. [...] As terras começavam a mostrar resultado, era bom para o cultivo, o solo era fértil, tinha riacho e a região era molhada (Silva⁷, 1991 apud Lima, 2013, p. 34).

Essa fartura e o modo como José Lourenço realizava a partilha, a divisão do trabalho, o senso de comunhão, pode ter levado o governo a ver naquele coletivo, uma ameaça comunista, já que todos trabalhavam e a produção era dividida conforme as necessidades, não havia lucro, nem classes.

Lá, o camponês não é explorado economicamente. No modo de produção da comunidade, a terra (meio de produção) era a propriedade coletiva. Não havia, dessa forma, uma classe dominante e uma dominada. Cada um recebia o necessário para viver bem e o excedente era aplicado na realização de benfeitorias para o uso comum ou em ações de caridade do beato (Lopes⁸, 1991, p. 185)

O Caldeirão encampa uma paisagem de disputa e “uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal” (Facó, 1976, p. 37), pois os trabalhadores que serviam de mão de

⁷ João Silva, um dos sobreviventes do massacre do Caldeirão em depoimento oral à Lima (2013).

⁸ Francisco Régis Lopes é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC e atua no campo da memória. É referência no estado em estudos sobre o Caldeirão, trabalhando diretamente com os descendentes através da história oral.

obra nas fazendas estavam migrando para morar com o beato Zé Lourenço, em busca de dignidade. De acordo com Nascimento (2015), não se tratava apenas do compartilhamento de um espaço comum, mas de relacionamentos marcados por um forte senso de humanidade.

[...] aquela comunidade constituía mais que um espaço domiciliar comum, mas também um lar coletivo entremeado por laços afetivos intensos. O trabalho, a religião, a vida em comum, a produção e a fé guiavam os sertanejos do Caldeirão em suas jornadas laborais, com as quais conseguiram desestabilizar a estrutura secular de servidão nas fazendas dos coronéis, substituindo-a por uma estrutura imensamente mais humana. (Nascimento, 2015 p. 44)

Após o falecimento do Padre Cícero em 1934, a vida pacata se transformou em perseguição e violência, culminando no massacre de maio de 1937. Além de gerar desconfiança no governo e insatisfação nos fazendeiros, as autoridades eclesiásticas temiam que o Caldeirão figurasse como uma nova Canudos. A ordem salesiana, para quem o Padre Cícero destinou as terras em seu testamento, solicitou a reintegração de posse. No dia 11 de setembro de 1936 o Caldeirão foi invadido pelas forças do Estado e em 11 de maio de 1937, o último ataque foi executado.⁹ O beato conseguiu fugir para Pernambuco e morreu de peste bubônica em 1946. Seu corpo está sepultado em Juazeiro do Norte, no mesmo cemitério que o Padre Cícero (Gomes, 2009).

Cordeiro (2004)¹⁰ desloca sua pesquisa para um período posterior. Embora, seu foco seja o beato José Lourenço, ele aborda ações de memória e luta pela terra, como a romaria, realizada anualmente no terceiro fim de semana do mês de setembro, de caráter não apenas manifestamente religioso, em memória das vítimas, bem como político, tida como símbolo de luta pela reforma agrária. “No ano de 1984 [...] aconteceu a primeira

⁹ Segundo Gomes (2009), o massacre teve a participação de 200 homens armados e dois aviões aéreos enviados pelo ministro da Guerra do Governo Vargas, vitimando 800 camponeses. O ataque foi motivado em represália à morte de quatro militares em combate com os camponeses. A ocorrência do bombardeio, que poderia ser o primeiro ataque aéreo do país e a quantidade de mortes é motivo de divergência entre outros autores. Mas, até hoje quando um policial é morto, a polícia investe força e brutalidade para capturar os responsáveis, muitas vezes derramando sangue inocente pelo caminho.

¹⁰ Domingos Sávio Cordeiro é professor de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri – Urca, em Crato. É talvez o mais conhecido pesquisador do Caldeirão no Cariri.

Romaria da Terra, organizada pela Comissão Pastoral da Terra, no local onde existiu o sítio Caldeirão” (Cordeiro, 2004, p. 87).

Este apanhado histórico é ponto de partida para uma antropologia histórica sintetizada por Oliveira e Quintero (2020), como uma modalidade de fazer antropológico que evidencia “[...] a inter-relação (dialógica e dialética) entre pesquisador/a e pesquisado/as no processo de conhecimento. [...] um campo de estudos aberto a novos temas, métodos de investigação e protocolos de conhecimento” (Oliveira; Quintero, 2020, p. 16). Com o tema explicitado, nas próximas seções serão abordadas as metodologias e ferramentas propostas.

Metodologias participativas e a construção de narrativas antropológicas

O projeto de pesquisa em desenvolvimento ainda em fase inicial carece ainda de definições quanto ao escopo: se uma etnografia documental do material disponível em áudio, vídeo e texto coletados com pesquisadores, em jornais da época e arquivos públicos ou uma etnografia apoiada em trabalho de campo com os descendentes dos sobreviventes, produzindo doravante, material inédito.

Esta indefinição se estrutura como a primeira preocupação metodológica. É possível usar uma metodologia participativa, a escrita coletiva e o fazer junto quando se utiliza apenas material documental? Apesar de algumas visitas, contatos e diálogos no local, o trabalho de campo com os descendentes não foi realizado de fato até o momento presente. Embora, se saiba que uma parte possui interesse na visibilidade que trabalhos acadêmicos suscitam em benefício da revitalização da memória, será que eles têm interesse em participar desse processo?

Antes de obter tais respostas, serão analisadas duas propostas metodológicas cuja lógica só funciona no trabalho conjunto entre pesquisador e sujeitos pesquisados. A insistência em um procedimento desse tipo se dá pelo desejo desta pesquisadora em suscitar protagonismo aos seus interlocutores. Ademais, os fatos e dinâmicas sociais do Caldeirão se assentam culturalmente e afetivamente no trabalho e nas vivências coletivas e cooperativas, nada mais justo que uma pesquisa que opere na mesma lógica. O lugar das conexões e dos afetos se construía nas interações e experiências coletivas, sejam nos

momentos de labor, nas práticas religiosas ou nas conversas noturnas servidas de tapioca ou macaxeira (Lima, 2013).

A justificativa acima pretende responder a uma pergunta que sequer havia sido formulada: a serviço de quem está a pesquisa? E para estar a serviço do coletivo do Caldeirão, o ideal é que seja concebida com ele.

O primeiro método apresentado foi proposto por Bonilla *et al.* (1972) como estudo-ação, uma investigação militante que permitiria aos cientistas sociais responder criticamente às exigências históricas, colocando a ciência a serviço de grupos populares. Uma prática de pesquisa social abertamente compromissada e coimplicada, já que implica responsabilidade e impacto de forma coletivizada.

Las técnicas de la investigación-militante van más allá de las clásicas formas de observación por participación, el “survey”, el camuflaje, la entrevista diplomática o equilibrada y la empatía sin compromiso ulterior, todas las cuales se fundan en una búsqueda de consenso o acuerdo entre las partes¹¹ (Bonilla *et al.*, 1972, p. 60).

Contudo, esse método exige um alto grau de engajamento com o grupo, uma inclinação mesmo para a militância. Os pesquisadores são definidos como tecnicamente capacitados para observação científica e formação prática social e política, em permanente interação entre teoria e prática. Há um componente político muito forte, uma crítica às escolas de sociologia de tradição positivista, cujos modelos estariam a serviço da legitimidade do poder às classes opressoras.

[...] rechazo a los marcos del estructuralismo funcional, que describe la sociedad como el producto de un “equilibrio” basado en un ordenamiento interno y en el principio de la integración social. No encontramos satisfactoria tampoco la escuela formalista, por hallarla reducida a mediciones exteriores y mecánicas de los fenómenos sociales o a explicaciones limitadas de la cultura manifiesta¹² (Bonilla *et al.*, 1972, p. 67).

¹¹ As técnicas de investigação militante vão mais além das formas clássicas de observação participante, da “enquete”, da camuflagem, da entrevista diplomática ou equilibrada e da empatia sem maiores compromissos, todas elas se fundam na busca de consenso ou acordo entre as partes (tradução livre).

¹² Rejeição aos marcos do estruturalismo funcional, que descreve a sociedade como o produto de um “equilíbrio” baseado em um ordenamento interno e no princípio da integração social. Tampouco é satisfatória a escola formalista, por ser reduzida a medições exteriores e mecânicas dos fenômenos sociais ou a explicações limitadas da cultura manifesta (tradução livre).

O segundo método é observado em Cadena (2024) em seu trabalho nos Andes peruanos como um co-labor com seus interlocutores, os curandeiros indígenas Mariano e Nazario Turpo, pai e filho, respectivamente. A antropóloga assume uma posição não hierárquica com os modos alternativos de estar no mundo vivenciado por eles, sem subestimar ou superestimar. Mais além, como mundos plurais e distintos, contidos um no outro, mas que não se resumiam a isso:

[...] meu mundo estava incluso no mundo que meus amigos habitavam e vice-versa, mas o mundo deles não poderia ser reduzido ao meu, nem o meu ao deles. Conscientes dessa condição de um modo que não precisa ser expresso em palavras, nós sabíamos que nosso estar juntos unia mundos que eram distintos e também o mesmo. E em vez de manter a separação que a diferença causava, nós escolhemos explorar a diferença juntos (Cadena, 2024, p. 40)

A autora ressalta que a obra¹³ não foi escrita sobre eles, mas com eles. É esse caráter colaborativo que será explorado. É sobre um acordo em lembrar, traduzir e co-laborar com cuidado. Uma relação de intermitências, comunicação e aprendizado, parcialmente conectada¹⁴ e inseparável. “[...] trabalhávamos para entender uns aos outros, co-laborando por entre obstáculos linguísticos e conceituais [...] Nosso trabalho conjunto criou as conversas que poderíamos considerar ‘os originais’ deste livro” (Cadena, 2024, p. 37, grifo da autora).

A escrita era atravessada pela tradução e o lamento do que se perde, excede ou se interrompe nela. A pesquisadora defende que criar equivalências¹⁵ poderia apagar as

¹³ Cadena, Marisol de la. Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

¹⁴ Cadena usa o termo com base em conceito de Marilyn Strathern, “conexões parciais”, que não será aprofundado neste trabalho, embora seja significativo para Cadena.

¹⁵ Um dos objetivos deste trabalho, que se verá mais adiante, é comparar antropologia e jornalismo, buscando afinidades e correspondências. Nesse ponto há divergência, quando Cadena (2024) declara que na tradução de uma língua para outra criar equivalências pode atrapalhar a comunicação, pois o jornalismo está sempre traduzindo, mesmo que informações na mesma língua. Traduzem-se variações linguísticas, regionalismos, jargões, tecnicismo, e por vezes, até pedantismo. Com isso, buscar equivalências é habitual. Reportar é interpretar. Interpretar é traduzir.

diferenças de forma inadvertida e prejudicial e aceita que se trata de traduções parcialmente conectadas e conexões parcialmente traduzidas.

A escolha por um ou outro método a ser aplicado à pesquisa sobre o Caldeirão com seus descendentes não é uma decisão individual desta pesquisadora. E sim, um arranjo com aqueles, pois tanto o estudo-ação, quanto o co-labor dependerão desse elo durante todo o percurso. Ambos são possíveis, fortalecendo as conexões em campo e na escrita co-laborativa ou em projetos permanentes de militância pela valorização da memória, como a formação de uma associação ou instituto, com calendário de eventos, parcerias com escolas para capacitação de professores e alunos e divulgação científica, com apelo à população da região, bem como ao fomento turístico, entre outras possibilidades, como a produção de documentários e livros.

Ao optar por uma etnografia exclusivamente documental, essas metodologias cairiam por terra? Como escrever junto ou gerar militância com os que não estão mais entre os vivos? A jornada seria mais dificilmente definida e exitosa, mas não seria impossível. Seria necessário maior reflexão e criatividade, um caminho possível seria utilizar os registros que os próprios sobreviventes deixaram como fonte primária e não somente as interpretações acadêmicas sobre eles, para criar uma sensação de co-labor, tentando perceber o que eles enfatizavam em suas narrações. Já na investigação militante, buscar adesão de atores sociais, culturais, educacionais e até governamentais para apoiar os resultados e indicações de aplicações cotidianas. E acima de tudo, pensar o arquivo como campo. Na próxima seção, com foco na escrita, serão traçados pontos de conexão entre antropologia e jornalismo e como essa união pode fomentar narrativas poéticas.

Etnografia e jornalismo literário

As discussões acerca dos métodos ou do material documental frente ao trabalho de campo não fizeram olvidar a própria etnografia como método. Apontada desde o princípio como o produto principal da pesquisa, o objetivo desta seção é aproximar essa poderosa narrativa antropológica das produções operadas através do jornalismo literário, gênero apreciado e estudado por esta pesquisadora, enquanto área de conhecimento.

Para auxiliar na visualização de intersecções e similitudes entre etnografia e jornalismo literário, será destacada a tese etnográfica de Vale (2018), que escapa de certa rigidez científica ao abraçar uma escrita poética envolta em afetos, em simetria com a dissertação desta pesquisadora, Oliveira (2017), no gênero reportagem.

Antes, faz-se necessário revisitar alguns conceitos de etnografia. Para Ingold (2011), a antropologia busca entender o homem e o conhecimento do mundo, enquanto a etnografia seria uma descrição da vida das pessoas com precisão e sensibilidade pela observação e experiência. Essa é uma percepção muito próxima da prática jornalística, detalhada mais adiante.

Porém, o autor faz um contraponto que impossibilitaria uma escrita do Caldeirão puramente em pesquisa documental do material que restou dos sobreviventes, quando declara que etnografia é um método de investigação do presente, que se distingue da arqueologia e história por atuar na observação direta de povos atuais em vez de registros de povos do passado (Ingold, 2011).

Lévi-Strauss (1973) também lembra da impossibilidade de se conhecer o passado, quando o objetivo é estudar pessoas que já não vivem mais fisicamente, quando fala que não podemos conhecer por experiência direta as formas de vida sucedidas no tempo. Entendendo a diferença histórica em que seu trabalho foi feito, essa afirmação é válida no contexto dos habitantes do Caldeirão um século depois, por isso aciona-se a pesquisa documental e historiográfica.

[...] mesmo que ele se transforme num historiador ou arqueólogo, nunca poderia entrar em contato direto com uma civilização desaparecida; só o poderá fazer através dos documentos escritos ou dos monumentos figurados que esta sociedade – ou outras – tiverem deixado a seu respeito (Lévi-Strauss, 1973, p. 14).

Em outro momento, Ingold (2016) recorda a etimologia da palavra etnografia: escrever sobre os povos. “A descrição vai muito além de um simples catálogo de hábitos e costumes. [...] é mais uma arte que uma ciência, mas não menos precisa ou verdadeira” (Ingold, 2016, p. 406).

Um segundo argumento que desqualificaria a etnografia documental vem de Peirano (2014), que é enfática ao defender que não há antropologia sem pesquisa empírica,

sem trabalho de campo. “A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos – é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (Peirano, 2014, p. 380). Ao discordar da autora, pode-se acreditar que mesmo ao lidar com arquivos, é possível empregar os cinco sentidos. Ademais, pode ser que sua alegação tenha sido uma mera crítica ao sociólogo Florestan Fernandes, que defendia a separação entre teoria e prática, valorando mais a sociologia que a antropologia. Infelizmente, é prática comum que para relevar sua área de conhecimento, alguns cientistas necessitem desprezar outras áreas em uma hierarquia de importância, como fez a própria Peirano (2014) ao reforçar que etnografia também é teoria, desabonando o fazer jornalístico. “Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico” (Peirano, 2014, p. 383).

Tendo em vista que Ingold (2016) atribui a qualificação científica da etnografia ao adensamento descritivo e agenciamento histórico e Peirano (2014) detalha o impacto da etnografia com a possibilidade de abalar estilos de vida, ideias de existência e crença moderna na referencialidade dos sentidos e multiplicidade de modos de vida, por que o jornalismo não poderia fazer o mesmo? É importante lembrar que é comum que haja conflitos nas regiões de fronteira. “Práticas de fronteiras são marcadas não somente por relações de “boa vizinhança”, mas também pelo litígio” (Gomes, 2000, p. 7, grifos da autora).

O jornalismo mantém um sério compromisso com a ética e a apuração de fatos, com checagem, pluralidade, linguagem própria, técnicas e escolhas narrativas. Estas dependem dos objetivos, tipos de público, de mídia e linha editorial. Por exemplo, notícias factuais, do dia a dia, também chamadas *hard news* utilizam texto mais conciso, direto e com objetividade. Uma reportagem especial, pode ser mais extensa, aprofundada, com uso de linguagem literária, fluida, poética, de acordo com a subjetividade do repórter e optar por temáticas mais leves, as *soft news*.

A relação entre jornalismo e literatura se origina no século XIX, com os romances e novela publicados em forma de folhetim nos jornais, em textos ficcionais. O marco do jornalismo literário enquanto gênero, data da década de 1960 com o movimento *New*

Journalism nos Estados Unidos (Pena, 2006). No entanto, muito antes disso, foi publicada a obra considerada como o primeiro livro-reportagem brasileiro: *Os Sertões*, do jornalista Euclides da Cunha, em 1902. Seria ela própria uma etnografia?

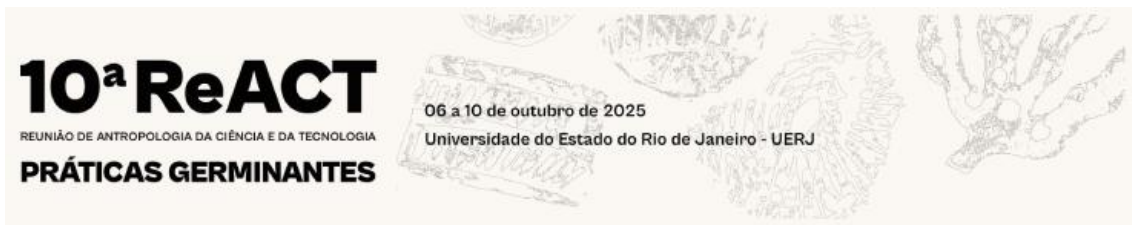
Na contemporaneidade, as técnicas da grande reportagem foram acrescidas de características da literatura, solidificando o jornalismo literário teoricamente como método. Os atributos compilados a seguir servem à classificação, mas a presença de todos eles no texto não é compulsória:

Reconstituição minuciosa dos fatos. [...]
Descrição cena a cena. [...]
Reconstituição de ambientes e épocas. [...]
Evitar a menção constante de fontes. [...]
Reproduzir diálogos com o máximo de exatidão [...]
Evitar passagens abruptas de um assunto para outro. [...]
[...] delimitar os fenômenos no tempo e no espaço. [...]
[...] proporcionar ao leitor um entendimento cristalino e profundo da questão
[...] (Belo, 2013, p. 122-123)

Assim como em um trabalho de campo, uma observação etnográfica veste o método não como uma camisa de força. O antropólogo não chega com hipóteses engessadas debaixo do braço, sem estar disposto às mudanças. O campo fala, o campo é vivo, é orgânico, é descoberta. No jornalismo literário, também há método, mas abertura, observação e imersão:

Uma narrativa de jornalismo literário não é uma tese científica. O autor não é obrigado a encontrar hipóteses rígidas, nem comprovar nada [...] Sua missão é narrar organicamente, com o vigor da vida real [...] o que se vê, sente, cheira, constata. O que compreende da realidade que vivencia, o que apreende da humanidade de seus personagens. Nada (!) mais do que isso. (Lima, 2009, p. 392)

Ao olhar para a etnografia e o jornalismo, em especial, o gênero literário, observam-se semelhanças nos objetivos, nos artifícios e na estrutura. E a comparação não é empregada com intuito de impor hierarquia, mas sobretudo, de revelar semelhanças de modo a que ambos possam servir de método simultaneamente ou complementarmente, de forma simétrica. Não é uma questão de escolher entre um e outro, de provar qual é o



14

melhor, de provocar competição, e sim de concatenar uma experiência multidisciplinar na construção de narrativas.

Para favorecer a visualização, considere-se o trecho da etnografia de Maíra Vale produzida em seu doutorado em Antropologia Social:

Depois de comermos uma banana-da-terra cozida, fomos dar uma volta no terreno. Olhar o fio de água que ali passa.

– Vão para o mato agora? Pois tomem cuidado com as bichas no chão.

As bichas eram as cobras, comuns naquele mês de agosto.

Perguntamos à Dona Norma se ela já havia feito caruru em sua casa. Ela disse que sim, mas aí teve barulho e a gente não fez mais. Barulho é confusão. Dona Norma não gosta de sair de casa. Só desce para Cachoeira quando realmente precisa ou para ver sua neta artista na universidade. (Vale, 2019, p. 98-99)

É possível inferir nesse trecho, aspectos tanto da etnografia quanto do jornalismo literário. Se algum capítulo, ou o livro todo que se originou de sua tese fosse apresentado a algum jornalista como sendo um livro-reportagem, é provável que não haveria contestação. Para se fazer mais claro, o texto exhibe a sensibilidade e o aspecto artístico apontados por Ingold (2011). Há descrição da observação, há participação, há tradução de termos específicos da fala de Dona Norma, há diálogo. Há também a narração, a interação, a poética, a reconstituição de cenas, ambientes e épocas, mudança de foco narrativo, delimitação de tempo e espaço, típicos da reportagem, como mencionado anteriormente (Belo, 2013).

Na tese (Vale, 2018), ela relata a flexibilidade metodológica que a permitiu chegar aos textos finais, a mudança e de certo modo, fuga dos padrões convencionais do caderno de campo. Campo e vida se entrelaçaram de tal modo a transformar a relação com a escrita, que se fragmenta em pequenos textos, que correspondem cada um a uma personagem¹⁶. Essa fragmentação pode estar relacionada com as conexões parciais que Cadena (2024) comunica com seus amigos curandeiros.

¹⁶ Personagem é uma denominação usual no jornalismo para designar pessoas entrevistadas que vivenciem as situações que pautam uma matéria. Por exemplo, em uma reportagem sobre obesidade, pode haver entrevistas com médicos, nutricionistas e profissionais de educação física, mas a personagem é aquela que tem ou teve a condição. É como uma personagem de uma história mesmo.

Examine-se agora um trecho do livro-reportagem desta pesquisadora (Oliveira, 2017), produzido durante seu mestrado em Jornalismo com um grupo de mães que tiveram filhos assassinados na Paraíba. Muitos traços aludidos neste trabalho como pontos de intersecção entre este campo da comunicação e a etnografia se repetem neste excerto:

Fui descendo a ladeira, duvidando se estava na direção certa. Ao chegar, havia um casal de idosos sentados na calçada da casa em frente.

– Régia saiu agorinha.

– Deve ter ido me buscar. Vou aguardar.

– Sente um pouco.

Conversamos como se fôssemos conhecidos. Eu olhava o fim da ladeira lá em cima e lembrei da minha infância no bairro Santa Cristina, em Santo André. De repente uma mulher desponta e desce o calçamento. Com a blusa amarela e o short de outra cor. Uma quarta-feira quente de verão, dia em que completava oito anos e quatro meses da morte de Dudu, o [filho] mais novo (Oliveira, 2017, p. 194).

Observa-se a descrição, narração, observação, discurso direto e indireto, reconstituição de cena, delimitação de tempo e espaço. O uso dos sentidos e a experiência, o viver, estar naquele “campo”,¹⁷ o entrelaçar-se com as próprias memórias. A passagem em questão assemelha-se ou poderia confundir-se a uma etnografia?

Considerações finais

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto faz parte da região conhecida como Cariri, que recebeu este nome devido ao seu povo originário: Kariris. Um espaço que repousa nas ruínas do passado e na memória das pessoas que já não mais habitam lá. Da população que ocupava aqueles montes, só restaram os ecos que reverberam nas vozes de seus descendentes. No presente, ao pé daqueles túmulos, pessoas ressignificam o passado, gerando mais história e mais memória, alimentando ou desfazendo crenças.

O lugar tem recebido atenção de pesquisadores cearenses, bem como de outras regiões do país e de diversas áreas: artes, literatura, cinema, história, pedagogia etc. O

¹⁷ No jornalismo não é comum usar a expressão “campo” para se referir a um trabalho fora das redações. Usa-se “trabalho externo” ou apenas “externa”, para designar apuração ou matéria.

contrassenso é que apesar dessa produção bibliográfica, o tema é desconhecido por boa parte dos acadêmicos das ciências sociais nas outras regiões do país. Em pouco mais de um século, a paisagem árida passou à fertilidade da vida, posteriormente a uma zona devastada até uma tentativa de recuperação da memória na reconstrução das ruínas.

Qualquer descrição que se pretenda é parcial, seja pelas recriações da historiografia ou pelas histórias recontadas pelos descendentes, é sempre um recorte: de uma lembrança, da oralidade passada através das gerações, da escolha do interlocutor sobre o que deseja revelar. “Todas as memórias se referem a *ethos* e visões de mundo: crenças, sabedorias, valores, desejos, mitos e utopias, transformados em lembranças identificadas naquelas vivências” (CORDEIRO, 2004, p. 198-199).

Este artigo possivelmente trouxe mais questionamentos que conclusões, porém, a questão central é lançar luz sobre a etnografia antropológica e o jornalismo literário como formas diferentes de produzir e organizar o conhecimento, mas que podem ser justapostas para tecer a escrita de um texto fluido, poético, impresso de afetos e vivências. Para tal, mostrou-se dois textos que seguem a linguagem lírica de uma antropóloga (Vale, 2019) e uma jornalista (Oliveira, 2017).

Além disso, abordou a escolha metodológica por ferramentas participativas, como o estudo-ação (Bonilla *et al.*, 1972) e o co-labor (Cadena, 2024) na construção de uma etnografia do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, sob a perspectiva documental ou com a participação dos descendentes¹⁸, dialogando as possibilidades de execução com Ingold (2011, 2016) e Peirano (2014) pela via antropológica e Belo (2013) Lima (2009) e Pena (2006) pela via jornalística.

A opção pelo dispositivo co-laborativo parece ser mais adequada devido ao estudo-ação apresentar um perfil de militância na investigação e no espaço acadêmico, com direcionamento ideológico, por considerar a ciência neutra como imperialista. Além

¹⁸ A decisão pela pesquisa documental ou com os descendentes dos sobreviventes ainda não está tomada, por isso a perspectiva metodológica aponta nas duas direções, sem recomendar a escolha adequada. Ao deixar as duas abordagens como possíveis sob qualquer metodologia discutida neste texto, vale-se das possibilidades de diálogo com pessoas ou com o arquivo, de enxergar o arquivo como campo, como inúmeros trabalhos antropológicos vêm fazendo ao longo dos anos, mesmo que Ingold (2011), Lévi-Strauss (1973) e Peirano (2014) não dissociem etnografia e campo.

disso, o co-labor também possui natureza participativa, de maneira a dispor a pesquisa a serviço da memória de seu coletivo e permite uma escrita costurada de relacionamentos.

Referências

- ARAÚJO, Francisca Nailê Bernardo. *Caldeirão de Santa Cruz do Deserto: um estudo da religiosidade popular (1926-1936)*. 66 f. Monografia (Graduação em História) – Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Juazeiro do Padre Cícero: a terra da mãe de Deus*. 3. ed. Fortaleza: Editora Imeph, 2014.
- BELO, Eduardo. *Livro-reportagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BONILLA, Victor; FALS BORDA, Orlando; CASTILLO, G.; LIBREROS, A. *Causa popular; ciência popular*. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1972.
- CADENA, Marisol de la. *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.
- CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DIAS, Roberto Barros. *História da expulsão dos jesuítas da capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação*. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.
- GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. *Revista USP*, São Paulo, n. 82, p. 54-67, jun/ago. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13750>. Acesso em: 24 set. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Apresentação. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- INGOLD, Tim. Epilogue: “Anthropology is not Ethnography.”. In: _____. *Being Alive*. Routledge: London and New York, 2011, p. 229-243.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia: a educação da atenção como propósito da antropologia. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set/dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/21690/15179>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LIMA, Maria Lourêto de. *José Lourenço, o beato perseguido: uma história real*. Fortaleza: Imeph, 2013.

LOPES, Francisco Régis. *Caldeirão*. Fortaleza: Eduece, 1991.

NASCIMENTO, Raul Victor Rodrigues do. Ataçaram as flamas do Caldeirão: um estudo sobre a questão da terra junto ao conflito do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. *Revista Historiar*, Sobral, v. 07, n. 12, p. 33-55, 2015.1. Universidade Estadual do Vale do Acaraú, 2015. Disponível em: <<https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/184>>. Acesso em: 05 out. 2024.

OLIVEIRA, Bruna Vieira de. *Livro-reportagem mães na dor: mulheres órfãs de filhos*. 278 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 26, n. 58, p. 7-31, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832020000300001>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PENA, Felipe. *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUSA, Célia Camelo de. Caldeirão de Santa Cruz do Deserto: um estudo dos fundamentos sociorreligiosos. In: *Seminário Internacional História e Historiografia*, 3.; *Seminário de Pesquisa do Departamento de História da UFC*, 10., 1-3 out., Fortaleza (CE): UFC. Anais... Fortaleza (CE): Expressão Gráfica; Wave Media, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43049>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

19

VALE, Máira. *Cachoeira & a inversão do mundo*. 269 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

VALE, Máira. *Cachoeira & a inversão do mundo*. Cachoeira: Andarilha Edições, 2019.